

## **História da África e jacobinismo negro no Brasil contemporâneo (1931-1950)**

Elio Chaves Flores\* - UFPB

### **I. Introdução**

As pesquisas dos últimos vinte anos sobre o protagonismo e o jacobinismo negro chegaram a ser duramente criticadas por importantes intelectuais europeus como uma concessão às agências americanas que financiam programas de ações afirmativas para a comunidade negra do Brasil. O combativo sociólogo francês, Pierre Bourdieu, por exemplo, parece não admitir a negritude radical no “Brasil mestiço” entendendo-a como uma simples importação das questões raciais americanas. Para ele, seria evidente a “difusão da doxa racial norte-americana no seio do campo universitário brasileiro” sob os auspícios do que ele chamou ironicamente de as “artimanhas da razão imperialista” (Bourdieu; 1999: 15-33). Isso demonstra que a realidade social do negro brasileiro passou a ser uma questão paradigmática para uma expressiva comunidade de intelectuais que, tal como a comunidade de historiadores brasileiros, pouco se importava com a África e o africanismo na diáspora.

Diante disso, o propósito de se estudar o africanismo e o jacobinismo negro a partir de suas inserções nos saberes históricos difundidos pela imprensa e escritos de seus protagonistas, visa contribuir para o resgate dos movimentos sociais dos afro-brasileiros (pretos e pardos) assim como para aprofundar estudos sobre a matriz cultural africana no Brasil contemporâneo.

### **II. A pesquisa**

Embora se reconheça que o conceito raça não passe de uma rasura epistemológica das categorias etnia e etnicidade, deve-se estar atento para o fato de que o racismo nunca opera, como sustenta Stuart Hall, fora dos significantes corporais e visuais. Com efeito, para além do contorno racialista, o estereótipo cultural se situa no campo das representações da própria cultura histórica, onde, o afro-brasileiro, por exemplo, balizado pelo antropologismo tardio, passa a ser naturalizado como sujeito sensualista (musical, dançante e futebolista) e, por isso mesmo, carente de capacidades intelectuais mais elevadas, isto é, abstratas, filosóficas e científicas. Apesar das transformações dos paradigmas historiográficos e o avanço dos estudos multiculturalistas evidenciem que as bases ideológicas do racismo biológico declinaram depois da Segunda Guerra Mundial, as argumentações culturalistas etnocêntricas não perderam terreno no

---

\* Professor da Universidade Federal da Paraíba. Coordenador do projeto de pesquisa História da África, saberes históricos e jacobinismo negro no Brasil contemporâneo (1931-1988), CNPq/UFPB.

mundo globalizado. Na verdade, como bem observa Hall, “o racismo biológico e a discriminação cultural não constituem dois sistemas distintos, mas dois registros do racismo” (Hall; 2003: 51-100).

O capitalismo na África viu-se confrontado tanto pelo nacionalismo quanto pelo socialismo, ambos raízes da revolta contra o Ocidente colonialista e inventores das identidades africanas. Parecia ainda subsistir a máxima dos primeiros nacionalistas, verbalizada por Alexander Crummell, afro-americano de nascimento, liberiano por adoção, de que a África deveria ser por todos os séculos a pátria da raça negra (Woddis; 1961; Appiah; 1997). Mas o que cabe salientar em termos de continente africano seria a dupla dimensão da modernidade colonial: de um lado, o espetacular avanço da descolonização e do jacobinismo negro entre as décadas de 1950 e 1960; e, de outro lado, a institucionalização do Estado segregacionista africânder na África austral. Essa África dos Estados nacionais viu-se diante de uma “difícil escalada” onde se “exigia que todos os povos fossem livres” (Oliver; 1994: 269-80). A radicalização da negritude levada a cabo por intelectuais negros da diáspora africana e a judicialização das questões raciais como crime contra a humanidade demonstram aquilo que Fernand Braudel chamava, no início da década de 1960, como o “despertar da África” considerando as “Áfricas exiladas” e a existência das “Áfricas vivas no Novo Mundo” (1989: 140). Dentre essas africanidades deve-se destacar, especialmente, o rastafarismo no Caribe e nas Antilhas, os sons jazísticos da cultura negra norte-americana e a variedade de ritmos africanistas no Brasil (Hobsbawm; 1990). De modo que se pode falar de uma tradição do jacobinismo negro, que, se quisermos uma genealogia, remonta a Palmares, passa por São Domingos e se espalha na primeira metade do século 20 com “a tinta da negritude” (James, 2000, p.344-71).

A constituição da imprensa negra e a formação de uma intelectualidade negra no Brasil, embora tenha sido pouco estudada, parece que foi expressiva nos primeiros 50 anos da República e marca a passagem do isolamento étnico à descoberta da raça e da participação política com o fim do Estado Novo (Bastide; 1973: 131-7; Moura; 1988: 204-17). Infelizmente, muitos estudos históricos sobre a imprensa brasileira ficaram nos limites da chamada imprensa burguesa ou grande imprensa, preocupando-se com a intimidade dessas empresas singulares, “esses colossos de pés de barro” (Sodré; 1999: 389). Mesmo essa última edição citada, do clássico livro de Nelson Werneck Sodré, com acréscimo de um capítulo novo e alardeado na capa como “a mais completa obra sobre a imprensa no Brasil” não registra uma única frase sobre a imprensa negra em qualquer

período histórico. Isso somente demonstra a relevância dos estudos africanistas e do protagonismo negro na República. De fato, numa sociedade com diversidade cultural e étnica, os jornais são as bases dos processos de definição e da produção do consenso. Nesse sentido, os jornalistas e os demais intelectuais que têm acesso à opinião publicada são parte integrante da “própria construção do acontecimento histórico”.

Com efeito, Kucinski alerta que, no Brasil contemporâneo, “a estrutura de propriedade das empresas jornalísticas reproduz com grande fidelidade a configuração oligárquica da propriedade da terra”. Eu diria mais ainda, que essa herança passou incólume para as capitâneas televisivas, as mídias das imagens e dos sons que até a década de 1990 mostravam um Brasil branco e nórdico, articulando “políticas das elites dominantes e de definição dos destinos do país – uma instituinte de história” (Kucinski; 1998: 16). Entretanto, a imprensa negra sempre foi um instrumento de luta e de protagonismo dos afro-brasileiros, tanto trabalhadores quanto intelectuais (Santos, 2004; Moura, 1988, Fernandes, 1978, Bastide, 1973).

No Brasil, entre 1931 e 1988, limites cronológicos que marcam a retomada da imprensa negra e do protagonismo africanista nas lutas políticas contra a discriminação racial, a duração histórica decompõe-se nas seguintes temporalidades: uma intensa luta de classes e cultural (1931-1945), uma dramática experiência da democracia (1945-64) e uma ditadura repressiva (1964-84). Trata-se de uma duração histórica calcada no eugenismo político recorrente na história republicana. Essa duração não responde exatamente aos cânones da periodização tradicional da história republicana nos termos da economia dominante e da política estruturante do regime, mas sim das lutas econômicas e culturalistas do próprio protagonismo negro (Flores; 2003).

Na primeira temporalidade, que nesse trabalho alongo um pouco mais (1931-1950), destaca-se a profusão de associações de homens de cor e órgãos de imprensa negra. Em 1931, a criação da Frente Negra Brasileira (FNB) pretendia, conforme o seu estatuto, a “união política e social da Gente Negra Nacional, para afirmação dos direitos históricos da mesma, em virtude de sua atividade material e moral no passado e para reivindicação de seus direitos sociais e políticos atuais na Comunhão Brasileira” (1998, pp. 110-11). Vieram então as dissidências, como a Legião Negra, que lutou na guerra de 1932, ao lado dos rebelados. Logo depois, abre-se outra dissidência na Frente Negra e surge a Frente Negra Brasileira Socialista (FNBS), que publica os seus estatutos no *Jornal do Estado*, em 21 de junho de 1933. Propugnava “a agremiação político-social da gente negra” a partir de um programa mais jacobino, como o desenvolvimento do “poderio

racial” e “alevantamento moral” dos negros, o “desenvolvimento intelectual, artístico, técnico, profissional e físico, bem como proteção e defesa jurídico-social e econômica em todas as manifestações do Povo Negro” (Idem, p. 71). Ainda em 1932, surgiu o Clube Negro de Cultura Social, fundado por José Correia Leite e, no ano de 1933, foi fundado o jornal *A Voz da Raça*, órgão da Frente Negra Brasileira.

Em virtude das pressões autoritárias e das traumáticas situações, ainda revolucionárias da década de 1930, a Frente Negra Brasileira se transformou, em 1936, em partido político, para logo ser extinta no ano de 1937. Entre 1937 e 1944, em que pese as novas pesquisas sobre a cultura política dos trabalhadores e suas relações com o poder instituído, a situação histórica dos afro-brasileiros – a Gente Negra, na expressão jacobina dos intelectuais negros – estaria incrustada nas utopias hiperbólicas do “acertei no milhar” e da “epopéia do samba” (Matos, 1982; Augras, 1998). Mas não é desprezível a hipótese de que os milhares de cartas enviadas ao Presidente da República nessa mesma temporalidade fossem, em boa parte, de trabalhadores afro-brasileiros, já que se trata de um vasto acervo epistolar de pessoas comuns (Ferreira, 1997). De fato, não é totalmente obscura a agência histórica dos afro-brasileiros durante o Estado Novo. A União Negra Brasileira, o Clube Recreativo Palmares, as efemérides do cinquentenário da Abolição tornaram possível um facho de luz no ostracismo da democracia representativa. Um exemplo disso seria a ação dos ativistas negros, entre eles Abdias do Nascimento, Aguinaldo de Oliveira Camargo, Agur Sampaio, Geraldo Campos de Oliveira, que organizaram o Congresso Afro-Campineiro, em maio de 1938, no interior do Estado de São Paulo. João Lopes, um militante negro e comunista, explicitou sua visão do mundo do trabalho no Estado Novo: “Tudo era analfabeto, vinha da roça. O Brasil em si é analfabeto. Eu também sou, mas acontece que eu já vim danado com o negócio da questão racial, que o francês me ensinou. Já vim brabo, já vim doído” (1988, p. 115).

No decorrer da década de 1940 essa agenda histórica apenas se expandiria em várias direções da luta política anti-racista: o Teatro Experimental do Negro (Rio de Janeiro, 1944), o Comitê Democrático Afro-Brasileiro (Rio de Janeiro, 1945), a Convenção Nacional do Negro (São Paulo, 1945; Rio de Janeiro, 1946), a Conferência Nacional do Negro (Rio de Janeiro, 1949), o Instituto Nacional do Negro (Rio de Janeiro, 1949) e o 1.º Congresso do Negro Brasileiro (1950). A predominância dos eventos na cidade do Rio de Janeiro explica-se pela influência política e cultural do Distrito Federal numa República muito pouco federativa. O principal dessas organizações e eventos não foi apenas discutir a questão racial no Brasil, mas a constituição de um despertar da África no Brasil com a

conseqüente valorização da matriz africana na formação brasileira. Pode-se dizer que a intelectualidade jacobina do movimento negro volta-se para as raízes da negritude como forma de superar o colonialismo e a discriminação racial.

O Teatro Experimental do Negro (TEN) foi fundado no ano de 1944 e teria como preliminar, segundo o seu idealizador, Abdias do Nascimento, a compreensão de que o processo de libertação da massa dos homens de cor devia se assentar na educação para a vida livre se efetivar. Esse jacobinismo partia de um “marco zero” com “aulas de alfabetização e iniciação cultural” para operários, trabalhadores e empregadas domésticas. O próprio Abdias chamaria esse programa, cinco anos depois, de “um campo de polarização psicológica, onde está se formando o núcleo de um movimento de vastas proporções” a partir das “sobrevivências paideumáticas subsistentes na sociedade brasileira e que se prendem às matrizes culturais africanas” (Nascimento, 1949, p. 11).

A criação do jornal *Quilombo* (Vida, Problemas e Aspirações do Negro), editado entre 1948 e 1950, permitiu a crítica à democracia racial no Brasil bem como a adesão aos ideais da negritude e da descolonização da África. Matérias e artigos assinados referentes à negritude e à África seriam freqüentes nas páginas do jornal de Abdias do Nascimento. No primeiro editorial isso aparece com o propósito da defesa de uma “cultura com acentos africanos” e crítica contundente contra a situação política na África do Sul e o avanço de um Estado segregacionista dos negros em solo africano (Nascimento, 1948; 2003). A primeira meta dos editores, de um total de cinco, publicada em todos os números, seria exatamente esta: “colaborar na formação da consciência de que não existem raças superiores nem servidão natural conforme nos ensina a teologia, a filosofia e a ciência” (*Quilombo*, 1948; 2003). O jornal mantinha correspondência e traduzia importantes matérias da revista *Présence Africaine*, porta-voz dos jacobinos negros das colônias francesas na África e no Caribe. Também publicava com freqüência artigos sobre acontecimentos em Uganda, Congo, Abissínia, Haiti, Cuba e sobre o problema racial nos Estados Unidos. Artigos como “Racismo, a herança de Hitler” (maio de 1949), “Século da Questão Racial” (fevereiro de 1950), matérias como “Nossos irmãos da Abissínia” (junho de 1949) e “Sob os céus etiópicos” (julho de 1949) explicitam esse interesse pela conjuntura africana de pós-guerra.

Vale a pena destacar os ensaios de Jean-Paul Sartre e de Roger Bastide sobre a negritude e seus principais defensores africanos e africanistas. São, a meu ver, circularidades intelectuais que contribuíram para a africanização do debate sobre a tão discutível democracia racial na República brasileira. Não se pode esquecer que as

grandes barreiras de acesso dos afro-brasileiros aos domínios do direito e do trabalho justamente remunerado eram a educação e a profissionalização.

O ensaio *Orpheu Negro*, de Sartre, que apresenta a poesia da negritude, foi publicado na edição de janeiro de 1950 e traz para os afro-brasileiros a perspectiva das realidades africanas e diaspóricas: “A oportunidade inaudita da poesia negra, é que os cuidados do indígena colonizado encontram símbolos evidentes e grandiosos e que é preciso aprofundar e meditar sempre: o exílio, a escravidão, a dupla África – Europa e a grande divisão maniqueísta do mundo em negro e branco. Este exílio ancestral dos corpos figura o outro exílio: a alma negra é uma África donde o negro está exilado no meio dos frios edifícios da cultura e da técnica brancas”. Fala-se também da perspectiva do socialismo em África: “Visto do Senegal ou do Congo o socialismo aparece como um belo sonho. Para que os camponeses negros descubram que são absolutamente necessárias suas reivindicações imediatas e locais, é preciso então que aprendam a formular em comum estas reivindicações e que pensem também como negros” (Sartre, 1950, pp. 6-7).

O artigo de Roger Bastide, *O Movimento Negro Francês*, foi publicado na edição de maio de 1950, e trata, na verdade, da “literatura de alma africana”. Bastide discute as correntes ideológicas da negritude no território francês e nas colônias. Para ele, a corrente política, dominada pelos comunistas, aposta na educação ocidental como ponto de partida para um amplo movimento de insurreição anti-colonial; uma outra, de natureza religiosa procura inserir os negros nas famílias francesas, afastando-os das seduções cosmopolitas da vida metropolitana de Paris. Bastide percebe mais duas correntes que seriam, segundo suas argutas observações, as grandes definidoras do africanismo em meados do século 20: “Mas as duas correntes mais interessantes, e todavia antagônicas, são a da tomada de consciência dos valores puramente africanos e da assimilação do negro à civilização ocidental. Estes dois movimentos presentemente estão se fundindo numa síntese superior, graças à criação de um grupo bastante conhecido no Brasil, PRESENÇA AFRICANA” (Bastide, 1950, p. 3).

Dois meses depois, na décima edição de *Quilombo*, seria publicado o artigo de Guerreiro Ramos, *Apresentação da Negritude*, que seria uma espécie de manifesto dos afro-brasileiros, numa temporalidade ainda ardente em função do racismo intrínseco da branquura: “No momento em que lançamos na vida nacional o mito da negritude, fazemos questão de proclamá-la com toda clareza. A negritude não é um fermento de ódio. Não é um cisma. É uma subjetividade. Uma vivência. (...) A negritude, com seu sortilégio,

sempre esteve presente nesta cultura, exuberante de entusiasmo, ingenuidade, paixão, sensualidade, mistério, embora só hoje por efeito de uma pressão universal esteja emergindo para a lúcida consciência de sua fisionomia” (Ramos, 1950, p. 11). Portanto, essas apropriações circulantes de uma negritude jacobina, posto que transformadoras da condição do ser negro no Brasil, não deixam de ser instituintes de uma outra história, a do protagonismo negro na República.

### **III. Considerações Finais**

Na sua pesquisa sobre identidade, raça e gênero no Brasil, Elisa Larkin Nascimento afirma que as organizações e a imprensa negra chegam ao final da década de 1940 com uma forte consciência internacional sobre as questões africanistas. Creio ter apontado, nesse trabalho, algumas posições dos intelectuais afro-brasileiros, sintetizando-as agora: a defesa e a igualdade dos povos sem distinção de cor; as posições da ONU sobre o racismo; a idéia de criação dos Estados Unidos da África, considerada a difícil solução dos problemas africanos à base das fronteiras coloniais. Essas preocupações com a África continental e as Áfricas diaspóricas demonstram, segundo Elisa Nascimento, a maturidade da consciência histórica da negritude brasileira. Para ela, “na medida em que lhes era possível, considerando-se as dificuldades de comunicação e acesso à informação, os movimentos e a imprensa negra tentavam de forma consistente inserir-se no processo internacional do mundo africano, naquele momento histórico, em pleno processo de luta pela descolonização” (Nascimento; 2003: 247-8).

Assim, os resultados parciais da pesquisa, ainda em desenvolvimento, poderiam ser descritos a partir das seguintes considerações:

- a) os protagonistas da imprensa negra no Brasil questionaram a visão eurocentrista da História da África balizada pela grande imprensa e pelo mito da democracia racial;
- b) a busca das raízes africanas e a compreensão da África contemporânea contribuíram para a construção da negritude no Brasil;
- c) as representações históricas do continente africano e a história dos africanos na diáspora formam as bases do jacobinismo negro republicano;
- d) por último, mas não menos importante, supõe-se que teria havido, por parte do leitor da imprensa negra, uma identificação intelectual e ideológica com os narradores do africanismo, aprofundando a crítica do racismo, consubstanciando assim, a matriz cultural africana no Brasil contemporâneo.

#### IV. Fontes

- BASTIDE, Roger. O Movimento Negro Francês. In: *Quilombo*. Vida, problemas e aspirações do Negro. Rio de Janeiro, mai/1950, p. 3 (Edição fac-similar, Editora 34, 2003, p. 97).
- LOPES, João. Militância e Malandragem. In: GOMES, Angela Castro. (Coord.). *Velhos Militantes: depoimentos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988, pp. 73-122.
- NASCIMENTO, Abdias. Nós. In: *Quilombo*. Vida, problemas e aspirações do Negro. Rio de Janeiro, dez/1948, editorial de capa (Edição fac-similar, Editora 34, 2003, p. 19).
- \_\_\_\_\_. Discurso de Abertura da Conferência Nacional do Negro. Associação Brasileira de Imprensa, 09 de maio de 1949. In: *Quilombo*. Vida, problemas e aspirações do Negro. Rio de Janeiro, jun/1949, p.11 (Edição fac-similar, Editora 34, 2003, p. 45).
- Quilombo*. Vida, problemas e aspirações do Negro. N.ºs 01 a 10. Dez/1948 a Jul/1950 (Edição fac-similar, Editora 34, 2003).
- QUILOMBHOJE. (Org.). *Frente Negra Brasileira: depoimentos*. São Paulo: Quilombhoje, 1998.
- RAMOS, Guerreiro. Apresentação da Negritude. In: *Quilombo*. Vida, problemas e aspirações do Negro. Rio de Janeiro, ju/1950, p.11 (Edição fac-similar, Editora 34, 2003, p. 117).
- SARTRE, Jean-Paul. Orpheu Negro. In: *Quilombo*. Vida, problemas e aspirações do Negro. Rio de Janeiro, jan/1950, pp. 6-7 (Edição fac-similar, Editora 34, 2003, p. 65).

#### V. Bibliografia

- APPIAH, Anthony Kwane. *Na Casa de Meu Pai: a África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- AUGRAS, Monique. *O Brasil do Samba-Enredo*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- BRAUDEL, Fernand. *Gramáticas das Civilizações*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- BASTIDE, Roger. *Estudos Afro-Brasileiros*. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- BOURDIEU, Pierre e WACQUANT, Lóic. Sobre as Artimanhas da Razão Imperialista. *Estudos Afro-Asiáticos*. Vol. 24. N.º 1. Rio de Janeiro, UCAM/CEAA, 1999, pp. 15-33.
- FLORES, Elio Chaves. Currículo e Diversidade Cultural: África e africanismo em História. *Anais Eletrônicos do I Colóquio Internacional de Políticas Curriculares*. João Pessoa, CE/UFPB, 2003.
- FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- GILROY, Paul. *O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência*. Rio de Janeiro: Editora 34, 2001.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo e HUNTLEY, Lynn. (Orgs.). *Tirando a Máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- HALL, Stuart. *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- HOBBSAWM, Eric. *História Social do Jazz*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- JAMES, C.L.R. *Os Jacobinos Negros: Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- KUCINSKI, Bernardo. *A Síndrome da Antena Parabólica: ética no jornalismo brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Jornalistas e Revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Scritta, 1991.
- MATOS, Claudia. *Acertei no Milhar: samba e malandragem no tempo de Getúlio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- MOURA, Clóvis. *Sociologia do Negro Brasileiro*. São Paulo: Ática, 1988.
- NASCIMENTO, Elisa L. *O Sortilégio da Cor: identidade, raça e gênero no Brasil*. São Paulo: Summus, 2003.
- OLIVER, Roland. *A Experiência Africana: da pré-história aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.
- SANTOS, José Antonio dos. Trabalhadores e movimento negro: negociação e conflito no sul do Brasil. In: *Saeculum – Revista de História*. João Pessoa: Depto. de História/Editora Universitária, 2004, pp. 113-40.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 4.ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- WODDIS, Jack. *África: as raízes da revolta*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1961.